

**Nota curricular — Síntese**

*Nome* — Miguel Ângelo da Cunha Gonçalves de Almeida.

*Data de nascimento* — 8 de janeiro de 1972.

*Habilitações Literárias* — Economista, licenciado pela Universidade Lusíada de Lisboa, possui Mestrado em Economia e Políticas Públicas, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão.

*Atividades Profissionais* — Desempenhou desde 1996 diversas funções no âmbito das Finanças Locais:

— Economista no Conselho das Finanças Públicas, com a responsabilidade de proceder à avaliação das finanças subnacionais (2013/2014).

— Técnico especialista, adjunto do Secretário de Estado da Administração Local, tendo participado no processo legislativo de criação da atual lei das finanças locais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (2013).

— Diretor do Departamento de Administração Financeira e Patrimonial da Câmara Municipal de Sintra, com responsabilidade pelas áreas da contabilidade, planeamento financeiro, contratação pública, tecnologias de informação, fundos comunitários, coordenação das empresas municipais, património móvel e imóvel e atividades económicas (2002/2013).

— Técnico superior de Economia e chefe da divisão de planeamento financeiro da Câmara Municipal de Sintra (1996/2002)

Membro da Comissão de recuperação financeira municipal que produziu a Lei n.º 53/2014, de 26 de agosto.

Participação no processo de avaliação do Programa de Assistência Económica (PAEF) ao Estado Português, no âmbito da administração local.

*Formação* — Diplomas de especialização em Finanças Municipais, pelo WorldBankInstitute (2014), em Aquisição Pública de Bens e Serviços, pelo Instituto Nacional de Administração (2005) e em Mercados e Ativos Financeiros, pelo ISCTE (1997)

**Nota curricular — Síntese**

*Nome*: Carla Maria Lamego Ribeiro

*Data de nascimento* — 15 de agosto de 1972.

*Habilitações literárias*:

Pós-Graduada em Estudos Europeus pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1999)

Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa (1994)

*Atividades Profissionais*:

— Adjunta do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento (2010-2011; 2013-2014);

— Adjunta do Secretário de Estado do Orçamento (2011-2013);

— Inspectora de Finanças Superior, Inspeção-Geral das Finanças (2008-2010);

— Chefe de Divisão de Auditoria, Direção-Geral do Orçamento (2002-2007);

— técnica superior da Direção-Geral do Orçamento (1997-2002);

— técnica superior da Direção-Geral do Desenvolvimento Regional (1996).

*Atividades Profissionais* relevantes:

Membro da Comissão de recuperação financeira municipal.

Membro do secretariado técnico para a revisão da lei de Finanças Locais e da lei de Finanças Regionais.

Membro da Comissão para a revisão da lei de Enquadramento orçamental.

Colaboração na revisão de normativos legais no âmbito da gestão financeira e orçamental do Estado, designadamente em colaboração direta com o FMI, onde se inclui a lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e os Regimes Financeiros da Administração Local e Administração Regional.

Participação na elaboração e acompanhamento do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL).

**Nota curricular — Síntese**

*Nome* — Manuel Moreira Claro

*Data de nascimento* — 18 de maio de 1958

*Nacionalidade* — portuguesa

*Habilitações académicas*:

— MBA em Administração de Empresas, com o grau de especialista, pela Universidade Politécnica de Madrid, em 2008.

— Licenciado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1992.

*Experiência profissional*:

— Advogado na ZON Multimédia, SA, em regime liberal, e pré-reforma na PT, SA (2008 a 2014).

— Advogado nos Serviços de Contencioso da Direção Central Jurídica, na PT Multimédia, S.A (2006 a 2007).

— Direção dos Serviços Jurídicos, na TV Cabo Portugal, SA (2003 a 2005).

— Diretor Adjunto da Comissão Executiva, na Administração da TV Cabo Portugal, SA (2002).

— Administrador nas empresas TV Cabo Mondego, SA, TV Cabo Porto, SA e TV Cabo Douro, SA (2001 a 2002).

— Diretor Geral da TV Cabo Mondego, SA (2000 a 2001).

— Diretor de Recursos e Planeamento da TV Cabo Mondego, SA (1998 a 1999).

— Técnico Superior Licenciado e Advogado, nos Serviços Jurídicos da DRTC, na Telecom Portugal, SA e PT, SA (1992 a 1997).

— Assistente Técnico nos Serviços Jurídicos da DRTC, nos CTT, EP, Sector das Telecomunicações (1988 a 1992).

— Técnico Postal, nos CTT, EP, Sector dos Correios (1980 a 1987).

Outras atividades relevantes:

— Deputado à Assembleia Municipal de Coimbra, de 2002 a 2005.

— Vereador na Câmara Municipal de Coimbra, de 1999 a 2001.

208273976

**Direção-Geral do Património Cultural****Anúncio n.º 291/2014**

1 — Nos termos do artigo 25.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, faço público que, por meu despacho de 1 de dezembro de 2014, foi determinado a abertura do procedimento de classificação do centro de mesa da baixela da rainha D. Maria Pia, da autoria do ourives Augustin Pierre Adolphe Veyrat (1849-1873).

2 — O referido bem móvel está em vias de classificação, de acordo com o n.º 5 do artigo 25.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, ficando a constar do inventário, nos termos do n.º 6 do artigo 19.º do mesmo diploma.

3 — O bem móvel em vias de classificação fica abrangido pelas disposições legais em vigor, designadamente os artigos 32.º, 34.º, 36.º, 57.º e 59.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e o Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho.

1 de dezembro de 2014. — O Diretor-Geral, *Nuno Vassalo e Silva*.

208275077

**PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
E MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO****Contrato n.º 619/2014****Adenda ao Contrato-Programa n.º 5/2005**

(publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 7 de janeiro de 2005)

Considerando que em 24 de setembro de 2004, foi celebrado entre o então Instituto Português do Livro e das Bibliotecas e o Município de Viana do Castelo um Contrato-Programa, com vista à instalação da Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, complementado por uma Adenda celebrada em 15 de julho de 2009 para prorrogação do seu prazo de vigência.

Considerando que existem ainda obrigações contratuais por cumprir nas componentes Equipamento e Fundos Documentais.

Considerando que, nos termos do n.º 1 da cláusula 19.ª daquele contrato, a Câmara Municipal de Viana do Castelo apresentou à então DGLB um Projeto de Tecnologias de Informação e Comunicação para a Biblioteca Municipal, que foi aprovado por esta Direção-Geral.

Importa celebrar uma Adenda para prorrogação do prazo de vigência do contrato em vigor de modo a dar continuidade ao projeto de cooperação técnica e financeira ainda em execução, no sentido da conclusão da instalação da Biblioteca Municipal, bem como no que concerne à sua informatização.

Nestes termos, entre:

A Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, abreviadamente designada por DGLAB, serviço central da administração direta do Estado, no âmbito da Presidência do Conselho de Ministros, pessoa coletiva n.º 600 084 892, com instalações no Edifício da Torre do Tombo, Alameda da Universidade, 1649-010 Lisboa, representada pelo Diretor-Geral José Manuel Azevedo Cortês, com competência própria para o ato, na qualidade de 1.º outorgante; e

O Município de Viana do Castelo, pessoa coletiva n.º 506 037 258, com sede em Viana do Castelo representado pelo Presidente da Câmara